

RESUMO EXPANDIDO - APRESENTAÇÃO ORAL - EIXO B - INCIDÊNCIAS
DE NOVAS ABORDAGENS EM SAÚDE MENTAL NOS TERRITÓRIOS:
CONCEPÇÕES E PRÁTICAS

**APOIO MATRICIAL EM SAÚDE MENTAL NA ATENÇÃO PRIMÁRIA:
RELATO DE EXPERIÊNCIA**

Alessandra Magri Dadalt (alessandradadalt@gmail.com)

Viviane Nogueira De Zorzi (v_n_vivinogueira@hotmail.com)

Thaís Souza Pereira (thaissp26@gmail.com)

Sangioni Luís Antônio (lasangioni@gmail.com)

O Ministério da Saúde (MS) por meio da Política Nacional de Saúde Mental (PNSM) propõe a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) para integrar e ampliar a atenção às pessoas com transtornos mentais. Essa rede possui a finalidade de criar, ampliar e articular os pontos de atenção à saúde para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de álcool e outras drogas (BRASIL, 2011). É na Estratégia de Saúde da Família (ESF) que é possível intervir, reconhecer e enfrentar os fatores de risco aos quais a comunidade está exposta, por meio de parcerias estabelecidas com diferentes segmentos sociais e institucionais (DIMENSTEIN et al, 2009). Assim, a ESF é um dispositivo constitutivo da RAPS potente para promover a radicalidade da desinstitucionalização, por permitir um cuidado comunitário e no território, centrado nas pessoas e em seus contextos, social e familiar (OLIVEIRA et al, 2017). O apoio matricial propicia a articulação da rede de saúde mental com as Unidades Básicas de Saúde (UBS), facilitando o

direcionamento dos fluxos da rede, visando à implementação de uma clínica ampliada e integral, corresponsabilização entre as equipes, promoção à saúde e a diversidade de ofertas terapêuticas através de um profissional de saúde mental que acompanhe sistematicamente as unidades (BEZERRA, DIMENSTEIN, 2008). No Brasil, o apoio matricial foi eleito pelo MS como a estratégia oficial a guiar as ações de saúde mental na atenção primária (BRASIL, 2003). Diante disto, a ESF e os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) tornaram-se serviços estratégicos dentro do processo de desinstitucionalização, por serem instrumentos de articulação da RAPS. Esse apoio matricial, deve conduzir os casos dando retaguarda à atuação das equipes, contribuindo para que elas conduzam as intervenções com o máximo de sucesso, evitando encaminhamentos aos níveis mais complexos de recursos. Portanto, o objetivo deste trabalho é descrever a vivência de apoio matricial realizado por um CAPS II em uma ESF de Santa Maria, Rio Grande do Sul. Este estudo descritivo consiste em um relato de experiência a partir da prática de apoio matricial em saúde mental em uma ESF do município de Santa Maria, RS. Os casos para discussão entre as equipes foram escolhidos pela ESF de acordo com a complexidade, como por exemplo: depressão, ansiedade e transtornos leves ou graves que não estavam em acompanhamento em CAPS ou ambulatoriais. A partir disso, ocorriam avaliações conjuntas através de visitas domiciliares compartilhadas com os profissionais do CAPS, residentes multiprofissionais da Universidade Federal de Santa Maria ênfase Saúde Mental e ESF (psicóloga, enfermeira, fonoaudióloga e profissional de educação física) juntamente com a preceptora e o agente comunitário de saúde, para que além do contexto patológico, o meio social e familiar do usuário fosse compreendido em seu posterior projeto terapêutico. O CAPS se fazia presente nas reuniões de equipe para relatar pontos identificados nas visitas, e a partir disto, pactuar ações e metas, a fim de que todos estivessem envolvidos nas atividades. Além das visitas domiciliares, momentos de educação permanente sobre transtornos e manejo clínico na atenção primária eram realizados pela equipe do CAPS, para que os profissionais ampliassem sua capacidade de acolhimento, manejo e vínculo com os usuários do território adscrito, e assim, evitando não adesão ao tratamento e internações recorrentes. A partir dessa reflexão, evidenciou-se a importância da integração destes dois serviços, principalmente no que tange a integralidade do cuidado e a prática de uma clínica ampliada. O apoio técnico-pedagógico reforça o poder de gestão da equipe interdisciplinar e supre uma dificuldade dos profissionais da atenção básica lidarem com as questões de saúde mental. Segundo Oliveira

et al (2017), a possibilidade de ações em saúde mental no território permite uma superação paradigmática: a desinstitucionalização do louco, da loucura e de qualquer outro dispositivo que possa promover a institucionalização de pessoas.

Referências:

BEZERRA, E.; DIMENSTEIN, M. Os CAPS e o trabalho em rede: tecendo o apoio matricial na atenção básica. *Psicol. cienc. prof.* vol.28, n.3, p. 632-645. 2008.

BRASIL. Portaria nº 3.088 de 23 de dezembro de 2011. Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília, Ministério da Saúde. 2011.

_____. Saúde mental na atenção básica: o vínculo e o diálogo necessários. Brasília, DF: Ministério da Saúde. 2003.

DIMENSTEIN, M. et al. O Apoio Matricial em Unidades de Saúde da Família: experimentando inovações em saúde mental. *Saúde soc.* vol.18, n.1. 2009.

OLIVEIRA, E. C. et al. O cuidado em saúde mental no território: concepções de profissionais da atenção básica. *Escola Ana Néri. Paraíba.* v.21, n.3. 2017.